Lei nº 444

Autoriza o recolhimento de juros de mora e multa.

A Câmara Municipal de Dores Preta a sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal autorizada a recolher ao Banco do Brasil S/A. a importância de Cr$ 103.784,20, correspondente aos juros de mora e multa aplicados sôbre o valor da Carta de Crédito concedida à entidade desta Município para quitação e Revisão e Julgamento do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados em Serviços Públicos, que corria em Minas Gerais, a que se refere a lei nº 409, de 28 de abril de 1964.

Art. 2º - O crédito especial de Cr$ 160.000,00, aberto pela Lei nº 409, de 28 de abril de 1964, passa a ser de Cr$ 235.613,60 (duzentos e trinta e cinco mil, seiscentos e treze cruzeiros e sessenta centavos), a qual se destina a cobertura das despesas autorizadas pelo artigo 1º, daquela e da presente lei.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário, entrando esta lei em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpra e faça cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Dores, 19 de novembro de 1964.

Alexistino da Cunha Gusmão
Prefeito Municipal.
Adelaide Teixeira de Amorim
Secretário.

Lei nº 445

Dispõe sôbre locação de um cômodo destinado à Loteria Federal.

A Câmara Municipal de Arcos decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica a Prefeitura Municipal de Arcos autorizada a firmar contrato com a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional, em Belo Horizonte, para locação, a título precário, do cômodo situado ao lado do Serviço de Fazenda, desta Prefeitura, o qual se destina a localização da Coletoria Federal de Arcos, pelo prazo de três (3) anos.

Art. 2º - O aluguel anual, do cômodo em referência, não poderá ter o seu preço inferior a dez (10) salários mínimos, vigentes em Arcos.

Art. 3º - O pagamento do aluguel será feito mensalmente, por duodécimos, à bôca do Cofre Municipal, obedecendo-se, rigorosamente, o que preceitua o artigo 2º, desta lei.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando a presente lei em vigor na data de sua publicação.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e execução desta lei pertencer, que a cumpra e faça cumprir tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Arcos, 20 de dezembro de 1964.

Alberto da Cunha Alves
Prefeito Municipal.

José Tavares de Almeida
Secretário